

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		1 de 10									

CUSTODIO, C. T.

2010. Por outra história da Grécia Antiga nas salas de aula. S.P., Labeca – MAE/USP.

[revisão Labeca]

Notadamente, o ensino de História Antiga nos meios educacionais brasileiros é passível de inúmeras críticas. Não meramente nos níveis fundamental e médio, mas também no ensino superior, observa-se uma avalanche de axiomas sobre a excelência e excentricidade das distantes civilizações, enunciadas tipologicamente como pertencentes à Antiguidade Oriental – generalizada e resumida aos tópicos: Egito e Mesopotâmia –, e Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. Neste quadro simplista, a Antiguidade Oriental é tida como suporte para se pensar questões concernentes ao poder (de um rei, imperador ou sacerdote) e suas formas de representação (a arte, o domínio sobre o sagrado). Assim, os manuais e livros didáticos são carregados de imagens que se prestam apenas à *ilustração* das realizações materiais destes povos, muitas delas descontextualizadas do conteúdo abordado.

Dentro desse quadro simplista, Grécia e Roma também são descritas cronologicamente, desde sua emergência sócio-política até seu declínio – sempre associado à causas/povos externos e inglórios. As causas internas de suas contradições e crises são comumente obliteradas pela exacerbação da barbárie que os rodeava e os levava a extinção. Não é possível encontrar em nenhum livro didático qualquer menção sobre a continuidade da vida destes grupos após o (questionável, por muitos autores) declínio político, sobre suas reorganizações sociais e espaciais. A narrativa didática exclui a noção de continuidade destes grupos sociais; quando findas as estruturas das “civilizações de excelência” finda, também, a sua existência nas páginas dos livros. Também se exclui uma leitura que permita compreender o intenso contato entre as diversas sociedades antigas por meio do comércio e intercâmbio cultural.

Constata-se, com facilidade, que os conteúdos didáticos, no que diz respeito a “História Antiga” ou a história da sociedade grega, estão totalmente ultrapassados, mesmo diante de alguns esforços governamentais, como bem exemplificam as ações do PNDL (Plano Nacional do Livro Didático) e o texto dos PCN’s (Parâmetros Curriculares Nacionais) que, a despeito das críticas (uma delas é a de, notadamente, associar o ensino de História à construção da identidade nacional e o exercício da cidadania), propõe novas metodologias no

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		2 de 10									

ensino de História, incluso a interpretação da documentação textual e material pelos próprios estudantes. Tais expedientes, no entanto, não foram absorvidos pela maioria dos docentes da disciplina, por uma série de motivos que vão desde a precariedade de material apropriado até a falta de metodologias individualizadas para cada tema de estudo que levem em consideração as suas especificidades, bem como as realidades distintas dos estudantes frente aos conteúdos abordados (o que poderia justificar a manutenção dessa tradição também nas escolas que atendem os grupos mais abastados).

Assim, nas linhas que se seguem pretendemos encaminhar alguns apontamentos sobre como têm sido trabalhados os conteúdos relativos à sociedade grega e propor alguns caminhos possíveis de emprego de eixos temáticos e fontes documentais, de modo que se possa romper com as formas tradicionais de ensino destes conteúdos, o que, em tempos de aceleração das mudanças na nossa sociedade, tem se mostrado cada vez mais contraproducente à compreensão e catalisador de um afastamento cada vez maior entre eles, os gregos e os nossos, os estudantes.

Parece mentira: todos os livros didáticos seguem uma invariável narrativa coesa e um tanto quanto enfadonha sobre as vicissitudes da “Civilização Grega”¹: a narrativa começa a partir das invasões dos indo-europeus – dórios, eólios, jônios – em um processo descrito como responsável pela decadência dos povos que habitavam a atual Grécia, graças aos saques, esvaziamento de cidades, colapso cultural, desaparecimento da escrita e retrocesso no fabrico de objetos utilitários, o que teria forçado os diversos povos a deixarem a vida urbana e comercial e dedicarem-se às atividades rurais. Tal processo é intitulado *Primeira Diáspora Grega*.

Sucede, a esta, o “Período Homérico e o Período Arcaico”. No primeiro, são descritas as características das comunidades gentílicas, que teriam sido extintas, dado o crescimento demográfico dos séculos IX e VIII a.C., quando alguns *genos* teriam sido reforçados dentro de uma área geográfica, formando a fratria e, da união de diversas fratrias, surgiram as tribos e, da associação das tribos, o *demos*, cujo chefe era um basileu. Estes novos grupos sociais, a propriedade privada da terra e o surgimento do *demos* marcaram o advento da

¹ A noção de Grécia ou de Civilização Grega é uma convenção estabelecida quase que essencialmente diante de uma necessidade didática – de generalização/simplificação (Guarinello 2003); mas não deixa de ser também um reflexo da permanência de jargões da historiografia europeia do século XIX.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		3 de 10									

pólis, a cidade-estado grega. Logo após, são descritas as instituições e costumes da pólis de Esparta (sobressaem características militares e agrárias), depois Atenas (carregada de descrições das instituições políticas do período Arcaico e conseguinte substituição/adaptação por instituições democráticas). O Período Clássico é marcado pelas Guerras Médicas e pela Guerra do Peloponeso, ele é praticamente sinônimo de “século de Péricles”, a quem é imputado o apogeu de Atenas e da própria Grécia na Antiguidade! O período Helenístico encerra uma breve biografia de Alexandre, o Grande, de seus feitos e um conceito genérico de helenismo; adiante, é exposto um quadro esquemático sobre a cultura grega (mitologia, filosofia, teatro, arquitetura e artes plásticas) e, por último, uma síntese do declínio da Civilização Grega pós-domínio macedônico.

É possível observar mudanças sutis nos conteúdos de História Antiga e História da Grécia na última década, em que foi dada uma maior importância para os aspectos culturais, associados aos aspectos políticos da sociedade. Contudo, isso não chega a ser animador, posto que a referência básica sobre a qual se realizam algumas supressões, acréscimos ou alteração de títulos e subtítulos, ainda é o quadro que descrevemos há pouco. Ou seja, as mudanças observadas nos parecem motivadas pelas necessidades de atender as exigências das editoras, que tentam incorporar as propostas do Estado por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e de outras diretrizes propugnadas pelo Ministério da Educação. De nossa parte, acreditamos que o esforço mercadológico das editoras para obter a aprovação de suas publicações tem desempenhado um papel proeminente nas mudanças realizadas nas publicações didáticas.

No entanto, diante do discurso ainda pasteurizado dos diversos livros didáticos e paradidáticos adotados nas redes de ensino, muitos ficam sem resposta quando inquiridos pelos estudantes: “Por que estudar uma sociedade tão distante? O que eu tenho a aprender com isso?”

Antes de prosseguirmos, vejamos sucintamente o que representa um livro didático na educação brasileira:

... o livro didático é depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e principal sistematizador dos conteúdos descritos nas propostas curriculares. É por seu intermédio que são transmitidos os conhecimentos fundamentais para uma sociedade em uma determinada época. (...) De fato, o livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado em distintos ambientes escolares com condições pedagógicas igualmente diversas, servindo como mediador entre a proposta educacional do

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		4 de 10									

Estado contida nos programas curriculares e o saber escolar transmitido pelo professor (Gonçalves, V. 2008: 23; *apud* Bittencourt 2002: 72-3).

Aprofundemos a questão. O livro didático é produto de um contexto ainda mais complexo, i.e., o Estado e suas políticas educacionais. Neste sentido, é válido lembrar desde o nacional-desenvolvimentismo dos anos de 1950, uma tradição positivista toscamente somada ao marxismo (de pior qualidade) que focaliza os estágios evolutivos das civilizações e os modos de produção, que foi impressa nas políticas públicas educacionais e reforçada durante a Ditadura Militar, de governos marcados por uma visão tecnicista de formação de contingentes de trabalhadores. Os manuais de História Antiga, ou seja, as obras de referência dos autores de livros didáticos – e dos censores da ditadura – eram aqueles concebidos no século XIX. Não obstante, aponta Guimarães (2008), a industrialização e a conseqüente – por vezes forçosa – modernização da sociedade brasileira fomentaram um preconceito contra a erudição clássica, que passou a conotar negativa e pejorativamente.

Contudo, no âmbito acadêmico, os Estudos Clássicos resistiram – não sem prejuízos – a todo esse contexto. Tem sido grande o esforço da atual geração de docentes para avaliar e propor uma renovação dos conteúdos e métodos de ensino-aprendizagem dos temas relativos à antiguidade (não desconsideramos que o mesmo tem sido feito por especialistas de outras áreas). Assim, algumas das propostas que serão aventadas a seguir refletem o amadurecimento da pesquisa de uma geração de classicistas preocupados com a transmissão de saberes nos níveis iniciais de formação dos estudantes.

Destacamos que parte desses esforços pode ser percebida no aumento de uma perspectiva interdisciplinar observada nos conteúdos escolares. A antiguidade é uma área fortemente marcada por estudos que buscam obter uma compreensão do contexto social do passado a partir de diversas fontes de informação, textuais ou materiais. Isto coloca um rol de diferentes especialistas debruçados sobre os vestígios do passado, cujos resultados de pesquisas têm sido pouco a pouco incorporados nos conteúdos didáticos. Mas é preciso reforçar este diálogo e promover a otimização de recursos e abordagens das mais diversas fontes de informação sobre as sociedades antigas no processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito não apenas à literatura didática, mas também à elaboração de dispositivos didáticos, pensamos ser um caminho fecundo a incorporação de novos dados e novas abordagens temáticas a partir da consulta dos diversos trabalhos que têm sido publicados e difundidos nos meios

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca	5 de 10										

impressos e eletrônicos. Um dos exemplos é o site do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – Labeca (www.mae.usp.br/labeca), que disponibiliza, além de um banco de imagens bastante abrangente, textos, imagens e, em breve, mini-documentários, além de um espaço dedicado ao professor. O Labeca também desenvolveu um kit didático composto por um DVD e um livreto de apoio ao professor, intitulado: “Siracusa, cidade antiga”, que busca otimizar a relação presente-passado tendo como fio condutor os habitantes da Siracusa contemporânea em sua relação com a cultura material e a memória dos séculos pregressos que os cerca. Temos, ainda, os periódicos eletrônicos da revista *Phoînix*, editada pelo laboratório de História Antiga da URFJ, a *Clássica*, editada pela SBEC, entre outras iniciativas que constituem canais de informação de grande valor para que os educadores obtenham dados e recursos para subsidiar suas atividades escolares.

Um viés que acreditamos ser profundamente profícuo e pouco explorado nos expedientes escolares – pois fogem ao consenso dos assuntos contemplados nos livros didáticos – é uma exploração mais aprofundada da cultura material. Além de ilustrar as páginas de livros com imagens de cerâmica pintada, fotografias de templos e de estátuas de personagens mitológicos e homens célebres, também constituem vestígios materiais da vida cotidiana no passado: as casas, ruas e quarteirões e a paisagem das cidades, objetos do cotidiano (vasos, pesos de fiar, lamparinas, facas), instrumentos de trabalho (machadinhas, tornos, enxadas, arados, moldes, suportes), objetos relativos às atividades comerciais (embarcações, dispositivos de armazenamento e transporte de cargas, os portos, armazéns), objetos do contexto das práticas religiosas (altares, recipientes utilizados em sacrifícios e oferendas, para comer e beber), as moedas, entre outros.

Toda essa documentação deve receber tratamento adequado para que se possam alcançar novos caminhos de aprendizado sobre o que a produziu. Alguns já foram propostos no texto dos PCN's (2001), a partir da adoção dos eixos transversais:

Assim, os estudos históricos devem abranger três aspectos fundamentais. Inicialmente, a inclusão da constituição da identidade social nas propostas educacionais para o ensino de História necessita um tratamento capaz de situar a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e seu papel na sua localidade e cultura, quer se trate das relações entre a localidade específica, a sociedade nacional e o mundo. Do trabalho com a identidade decorre,

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		6 de 10									

também, a questão da construção das noções de diferenças e de semelhanças. Nesse aspecto, é importante a compreensão do “eu” e a percepção do “outro”, do estranho, que se apresenta como alguém diferente. Para existir a compreensão do “outro”, os estudos devem permitir a identificação das diferenças no próprio grupo de convívio, considerando os jovens e os velhos, os homens e as mulheres, as crianças e os adultos, e o “outro” exterior, o “forasteiro”, aquele que vive em outro local. Para existir a compreensão do “nós”, *é importante a identificação de elementos culturais comuns no grupo local e comum a toda a população nacional e, ainda, a percepção de que outros grupos e povos, próximos ou distantes no tempo e no espaço, constroem modos de vida diferenciados.* O trabalho com identidade envolve um terceiro aspecto: a construção de noções de continuidade e de permanência. *É fundamental a percepção de que o “eu” e o “nós” são distintos de “outros” de outros tempos, que viviam, compreendiam o mundo, trabalhavam, vestiam-se e se relacionavam de outra maneira.* Ao mesmo tempo, é importante a compreensão de que o “outro” é, simultaneamente, o “antepassado”, aquele que legou uma história e um mundo específico para ser vivido e transformado. O conhecimento do “outro” possibilita, especialmente, aumentar o conhecimento do estudante sobre si mesmo, *à medida que conhece outras formas de viver, as diferentes histórias vividas pelas diversas culturas, de tempos e espaços diferentes.* Conhecer o “outro” e o “nós” significa comparar situações e estabelecer relações e, nesse processo comparativo e relacional, o conhecimento do aluno sobre si mesmo, sobre seu grupo, sobre sua região e seu país aumenta consideravelmente (grifo nosso).

Assim, a partir dos vestígios materiais, é possível realizar atividades interdisciplinares por meio de oficinas de maquetes, de desenho, de argila, de teatro, para citar alguns poucos exemplos. Isso fomenta também a pesquisa sobre como as sociedades antigas manejavam as matérias-primas e criavam seus objetos. É possível, também, a partir da experiência de reproduzir objetos no ambiente escolar, aprofundar assuntos ligados as diversas formas de exploração do trabalho – escravista, servidão, assalariada – e suas conseqüências sociais. E, ainda, desenvolver atividades que explorem as diversas formas de ocupar o espaço para morar e produzir: as áreas urbanas – ontem e hoje –, as áreas rurais, características materiais e culturas das distintas esferas, os tipos de construções recorrentes nas cidades desde a antiguidade – a configuração central das cidades ocidentais têm diversos traços de permanência de estruturas –, os diversos estilos arquitetônicos e os discursos por eles transmitidos dentro de variados contextos, etc. Os temas e as possibilidades de aprendizagem são inúmeros para serem

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		7 de 10									

elencados nestas poucas páginas. E, diante dessas possibilidades, é preciso quebrar as balizas cronológicas e espaciais enraizadas nos livros didáticos e reforçar a idéia do Mediterrâneo como uma área cultural, cujos povos, em constante contato, promoveram trocas não meramente comerciais, mas também culturais, que são perceptíveis a partir de um exame aprofundado dos vestígios materiais e literários das sociedades que margeavam o Mar Mediterrâneo.

Uma proposta que tem sido bastante comentada na literatura pedagógica é a adoção de jogos de narrativas nos processos de aprendizagem, um exemplo que já vem mostrando bons resultados em diversas publicações é o uso de RPG (*Role Playing Game*) em atividades escolares. Esse jogo possibilita experiência educativa que propõe uma ação alicerçada na experiência dos participantes. Assim, os alunos podem lançar à História um olhar não determinante, construída coletivamente e marcada por transformações, *desnaturalizando* as concepções factuais do ensino tradicional (Higuchi 2000; Martins 2000; Fairchild 2004; Klimick 2004).

Um jogo de RPG apresenta-se por meio de um livro que traz todas as informações necessárias para dar início a uma partida. Além de um manual, o livro (ou livros) reúne uma visão abrangente de todo um universo ficcional (ou ambientação, no nosso caso, o conteúdo escolar), com tudo o que lhe é devido, desde a sua geografia, clima, história, economia e religião, cultura, tecnologias, economia, profissões, descrição de seus habitantes, com características bastante detalhadas (vestuário, atividades cotidianas, inserção na família e da família na sociedade). É possível ainda fazer uso de cartas, miniaturas e mapas, para melhor visualização das ações e das personagens. Os pesquisadores apontam que a característica distintiva do RPG em relação aos outros jogos é o fato dele estar centrado na narrativa (Vasques 2008; Higuchi 2000; Martins 2000; Fairchild 2004; Klimick 2004; Rodrigues 2004).

Compartilhamos a idéia de fecundidade desses autores no que diz respeito à elaboração de jogos de RPG como uma ferramenta criativa, útil e propiciadora de múltiplas formas de aprendizado histórico e de atuação do educando no próprio processo de aprendizagem. Para tanto, os professores devem buscar referências nas experiências já realizadas em âmbito escolar, desenvolver seus próprios materiais de trabalho – os jogos – e aprimorar as formas de aproveitamento do jogo nas atividades escolares.

É importante que, cada vez mais, os educadores estejam dispostos a adotar novos dispositivos para ensinar, conscientes da necessidade de buscar continuamente informações renovadas nas publicações, participar e desenvolver

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		8 de 10									

oficinas, desenvolver projetos de ensino que ultrapassem o giz, a lousa, o livro didático... Enfim, um envolvimento genuíno com a produção de novas metodologias de ensino e com as atividades interdisciplinares.

A cultura material constitui um aporte que permite a articulação de várias áreas do conhecimento ao passo que, também, é parte da experiência de cada um no seu cotidiano. Assim, ela possibilita diversos encaminhamentos nas atividades em sala de aula. As imagens, o universo das coisas, para além de ilustrar ou complementar as informações extraídas da documentação textual, constituem suportes de informação muito ricos para iluminar ou por vezes transpor o conhecimento tradicional sobre as sociedades antigas. O estudo das representações, uma observação sobre aspectos do cotidiano dos antigos por comparação aos nossos dias, permite ampliar o nosso conhecimento sobre os modos de vida do passado, bem como sobre a trajetória do homem e as transformações operadas ao longo do tempo. Retomando a questão de muitos estudantes: “Por que estudar uma sociedade tão distante? O que eu tenho a aprender com isso?”, talvez possamos mostrar que, seja nos aspectos análogos aos nossos, seja nos aspectos diferentes, compreender os *outros* com maior clareza pode ser um caminho para que possamos compreender um pouco mais sobre *nós*.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, M. B.

2002. *O australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

BITTENCOURT, C.

2002. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 69-90.

CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs).

2008. *A Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Archai-UnB/Fortium.

	Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		9 de 10

FAIRCHILD, T. M.

2004. *O discurso de escolarização do RPG*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GLASERSFELD, E. V.

1996. “A construção do conhecimento”. In: Schnitman, D. F. (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.

GUARINELLO, N. L.

2003. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 41-61.

GUIMARAES, J. O.

2008. “Reatualizar a tradição clássica”. In: Chevitarese, A. L., Cornelli, G., Silva, M. A. O. (orgs). *A Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Archai-UnB/Fortium, 5-13.

HIGUCHI, K. K.

2000. “RPG: O resgate da história e do narrador”. In Citteli, A. (org.). *Outras linguagens na escola*. São Paulo: Cortez, (Coleção aprender e ensinar com textos; v. 6).

KLIMICK, C.

2004. “RPG nas aulas de história e geografia”. In: *Simpósio RPG & Educação*, 1, 2002, São Paulo. Anais do I Simpósio RPG & educação. São Paulo: Devir.

MARQUES, D. C. P. C.

2005. *Arqueologia e educação: uma proposta de leitura do patrimônio*. Dissertação de Mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo.

MARTINS, L. A.

2000. A porta do encantamento: os jogos de interpretação (RPGs) na perspectiva da socialização e da educação. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas.

	Por Outra História da Grécia Antiga nas Salas de Aula	Fev / 2010
labeca		10 de 10

MENESES, U. T. B.

1985. Cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*. São Paulo, n. 115, 103-17.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Secretaria de Educação Fundamental .

2001. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 3º e 4º ciclos do Ensino Médio, História. Brasília DF.

RODRIGUES, S.

2004. *Role playing Game e a pedagogia da imaginação no Brasil*. São Paulo: Bertrand Brasil.

VASQUEZ, R. C.

2008. *As potencialidades do RPG (Role Playing Game) na educação escolar*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Didática da UNESP de Araraquara, Araraquara.